Documento de Área

Serviço Social

Coordenador(a) da Área: Maria Lúcia Teixeira Garcia (UFES)
Coordenador(a) Adjunto(a): Vera Maria Ribeiro Nogueira (UCPEL)
Coordenador(a) Adjunto(a) de Mestrado Profissional: Valéria Lucília Forti (UERJ)

2016

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....2

I.a. Fotografia da área.....2

I.b. Estado da arte 13

I.c, Interdisciplinaridade.....14

I.d. Inserção/incidência no Ensino fundamental e médio.....14

II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....15

2.a. Descrição e orientação sobre a avaliação.....15

2.b. Considerações e propostas advindas dos Seminários de acompanhamento.....16

III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....19

3.1. Mestrado Acadêmico e Doutorado.....19

IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....30

4.a. Descrição do grau de internacionalização da área.....30

4.b. Critérios da área para atribuição de notas 6 e 7.....32

V. Outras considerações da Área de Avaliação.....35

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

1.a. Fotografia da área

A formação em Serviço Social confere aos assistentes sociais a competência legal para atuação na formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas em distintas áreas, como educação, saúde, previdência, assistência social, habitação e meio ambiente, entre outras. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente por meio de repasse de serviços, benefícios e organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Os assistentes sociais também marcam presença em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008) contribuindo para a constituição de sujeitos políticos na direção da cidadania social. Os assistentes sociais realizam ainda ações de cunho socioeducativo na prestação de serviços que incidem na reprodução material e social da força de trabalho e também viabilizam o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los. Esta intervenção tem como horizonte ético a perspectiva de defesa, garantia e ampliação dos direitos da população. Desta forma, contribuem para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos.

Enquanto uma profissão que intervém favorecendo ao atendimento de necessidades socialmente construídas, e atendidas de forma particular em cada momento histórico, somente pode ser entendida no movimento histórico da sociedade. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social brasileiro em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas e contraditórias que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações. Essas relações contraditórias atravessam a totalidade da vida social e estão presentes nas políticas sociais e no próprio Estado, que condensa e expressa a relação de forças em disputa. O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na

sociedade é complexo, e contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, também cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (YAZBEK, 2014).

É nesta trama que, em determinada quadra histórica relacionada às necessidades do desenvolvimento capitalista, o Serviço Social se institucionaliza como uma profissão no mundo ocidental. Sua trajetória é relativamente recente no Brasil se comparada com outras áreas profissionais. A regulamentação inicial como profissão data de agosto de 1953 e, desde aquela época, duas competências profissionais se destacam. A primeira é a de atuar no âmbito das políticas públicas e privadas seja na gestão, na assessoria e consultoria, e organização política para controle social. A segunda é a de planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Ou seja, produzir um conhecimento científico sobre a realidade social e sobre o próprio fazer profissional.

Vinte anos mais tarde implantam-se os primeiros cursos de pós-graduação (1972), em nível de mestrado, sendo um na PUC-SP e outro PUC-Rio. O primeiro curso de doutorado é instituído oito anos depois na PUC-SP, em 1980. Os cursos de mestrado pioneiros foram os da região Sudeste: PUC-Rio e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda nessa década verifica-se a expansão do mestrado para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977 e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978 e a UFPE, em 1979. O primeiro curso em Política Social foi o da UnB (1990) e em Políticas Públicas foi o da UFMA (1993). A Economia Doméstica, da Universidade de Viçosa, iniciou suas atividades em 1992.

Nos anos sequentes expandem-se os programas de pós-graduação, notadamente nas universidades federais. O impulso à formação pós-graduada se fortaleceu especialmente em função de dois fatos. O primeiro, a aprovação da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) em 1979, em Natal, com uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional em termos teóricos. O segundo, a

integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social no sistema federal de ensino superior nas décadas de 1960/1970, conferindo maior preocupação com a produção do conhecimento de forma mais sistemática e, consequentemente, com a formação pós-graduada.

Nos anos 1970-1980, as principais agências de financiamento de pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior - CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) incluem o Serviço Social como área de conhecimento[1]. Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, esta inclusão reconhece a luta da categoria em prover *status* acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sócio técnica do trabalho. Cumpre reconhecer o papel da ABEPSS, dos programas de pós-graduação, dos pesquisadores e de todas as coordenações da área na Capes na luta pela legitimação do conhecimento produzido pela área.

Analisar a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, e seu momento atual, requer inscrevê-lo dentro do processo de expansão da Pós-Graduação brasileira e, ainda, na expansão das Instituições de Ensino Superior no país. Se nos anos 1960 havia 38 programas de Pós-Graduação no país e nenhum deles na área de Serviço Social, hoje representamos 0,8% dos Programas de Pós-Graduação existentes no SNPG. Em 2016 temos 34 Programas de Pós-Graduação em funcionamento (tabela 1).

Tabela 1. Programas de Pós-Graduação da área 32 na Capes

		Total de Programas de pós-graduação					Total de Cursos de pós-graduação			
Nome	Área de	Total	ME	DO	MF	ME/D	Total	ME	DO	MF

1 Em 1976, a CAPES inclui o Serviço Social como área de conhecimento (pertencente a grande área Profissões Sociais) (GARCIA, 2016).

	Avaliação					O				
ECONOMIA DOMÉSTICA	SERVIÇO SOCIAL	2	2	0	0	0	2	2	1	0
SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	32	14	0	0	18	50	32	17	0
	Totais	34	16	0	0	18	52	34	18	0

Fonte: Capes, 2016

Esses 34 Programas estão assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6 %). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste.

Quando comparamos os dados da área com os dados gerais do Sistema Nacional de Pós-Graduação, evidenciamos que a área 32 possui, percentualmente, maior número de Programas na região nordeste (SNPG – 19,8% e área 32 – 32,5%).

Prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das Universidades Públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (15,2%), com pouca expressividade de instituições privadas (6%) em uma tendência inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, 18 são Universidades Federais e 08 Universidades Estaduais (24,2%). Destaca-se a expansão nas Universidades estaduais (passou de 3 Programas em 2010 para 8 em 2015 – crescimento de 266%) e redução de Programas em Universidades privadas (registra-se ainda a mudança de área do Programa de Política Social da UCSAL). Das 6 instituições, 5 são comunitárias (4 PUCs e 1 Universidade Católica - UCPEL) e uma é sem fins lucrativos (EMESCAM).

Em 2016 há 18 cursos de doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN e UFPA) e 34 cursos de mestrado, todos cursos acadêmicos.

A situação dos Programas de Pós-graduação em relação à área básica é a seguinte: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). À exceção dos 2 Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-Graduação guardam interlocução com o objeto

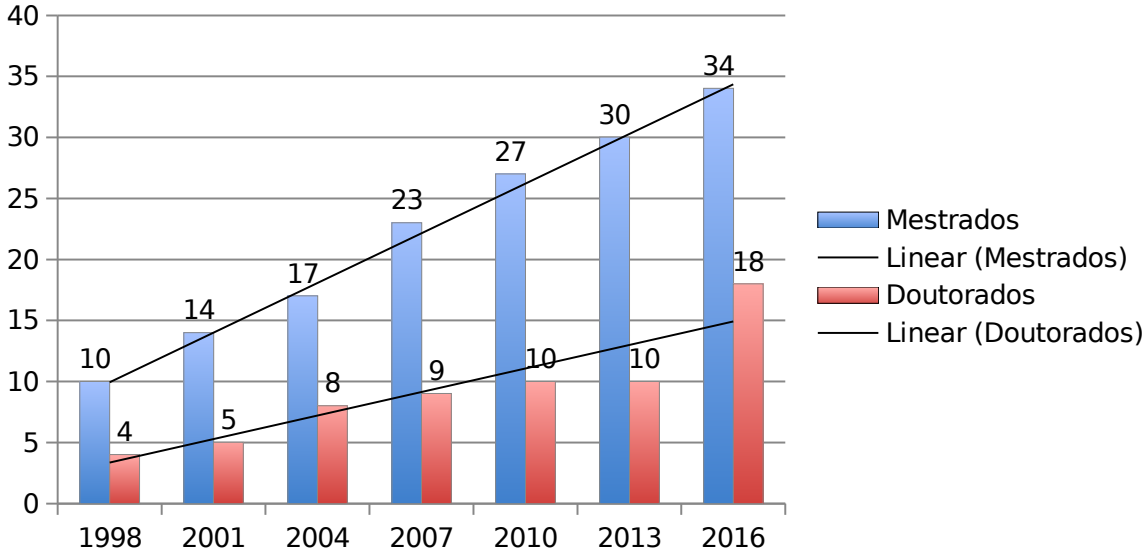
do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas. Em sua composição, os 32 Programas possuem docentes graduados ou com Doutorado em Serviço Social (49,4%).

Gráfico 1. Distribuição dos Programas por área básica.

Fonte: Sucupira, 2016

A expansão dos Programas de Pós-Graduação ocorreu a partir do ano 2.000 (até 1999 havia 12 Programas, passando para 31 na última trienal, ou seja, um crescimento de mais de 150%). Essa expansão continuou, pois em 2014 eram 33 Programas, sendo 16 com Doutorado. E, em 2015, foi aprovado o Mestrado em Serviço Social e Política Social na UFRGS (primeiro mestrado em instituição pública no Rio Grande do Sul), o mestrado em Serviço Social da UNIFESP (primeiro Mestrado em instituição pública federal no estado de São Paulo) e os Doutorados da UFRN e UFPA (primeiro doutorado da área na região norte) (Gráfico 2).

Gráfico 2. Expansão dos cursos de Pós-Graduação na área 32

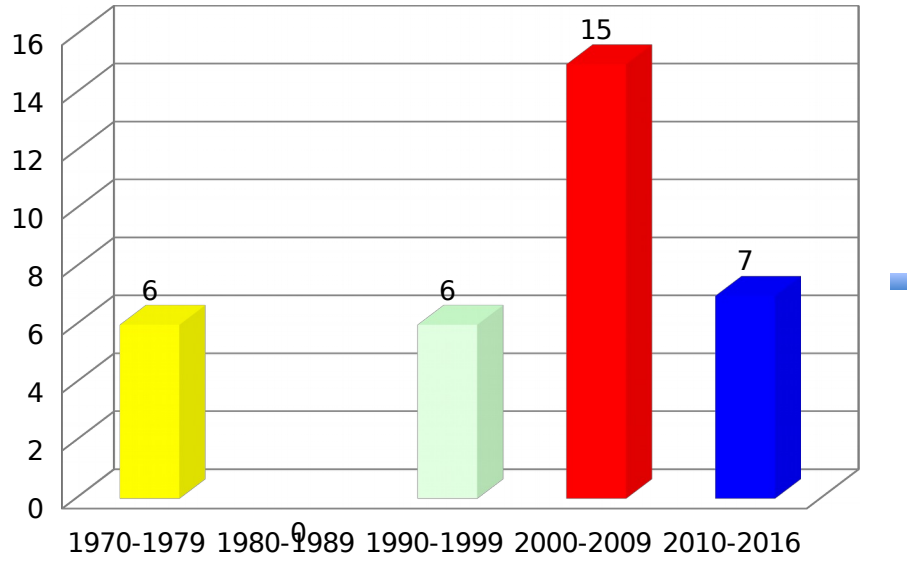


Fonte: Capes, 2016

Destaca-se a expansão recente dos cursos de Doutorado (crescimento de 80%). Essa expansão indica o processo de consolidação dos Programas criados entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

A criação dos 28 novos programas, a partir da década de 1990, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, rompendo com as marcas conservadoras e confessionais de origem. A pós-graduação exerce um papel fundamental na sustentação cientifica dessa renovação. Nesse processo, o Serviço Social volta-se para a análise da *questão social* e suas manifestações mais contundentes expressas na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, no marco das relações entre o Estado e a sociedade civil em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

Gráfico 3. Expansão do PPG da área 32 entre 1970 e 2016

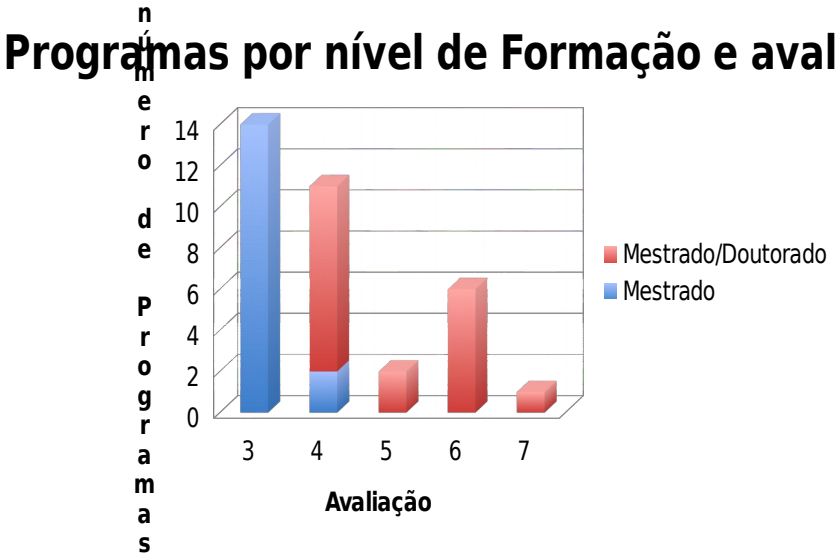


Fonte: Capes, 2016

Os cursos de mestrado e doutorado constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento, dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. O conhecimento que vem sendo produzido enfoca temas como a questão social e as Políticas Sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição que a produção do Serviço Social vem trazendo para as Ciências Sociais em geral, ao eleger como objeto de estudo temas de grande relevância na atualidade como: trabalho, reestruturação produtiva, Proteção Social, Seguridade Social, avaliação e análise de políticas e programas sociais, envelhecimento, terceiro setor, voluntariado, criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo no trato das questões nacionais, regionais e locais.

Atualmente, como resultado da avaliação trienal (2010-2012) e da aprovação de programas novos, a distribuição das notas pelos 34 Programas da área foi a seguinte: 1 Programa com nota 7 (sete), 6 Programas com nota 6 (seis), 2 com nota 5 (cinco), 11 com nota 4 (quatro) e 14 Programas com nota 3 (três). Dos 14 Programas com nota 3, apenas 1 foi criado no final da década de 1970. Os demais são recentes (criados a partir de 2006).

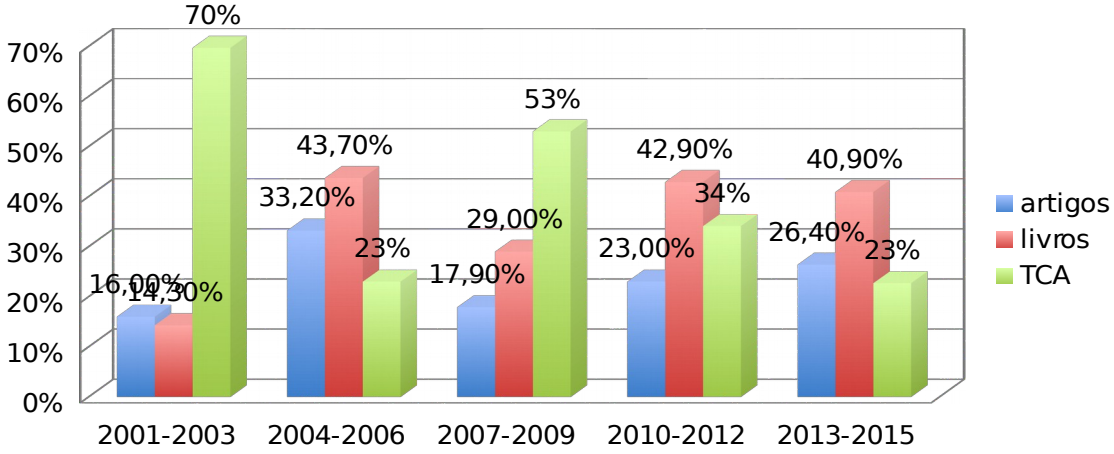
Gráfico 4. Distribuição dos programas por nível de formação e avaliação.



Fonte: Sucupira, 2016

A produção bibliográfica acompanha a curva de crescimento dos Programas e indica que os principais veículos de divulgação do conhecimento científico da área são livros e capítulos de livros (40,9% de todos os itens) (gráfico 5).

Gráfico 5. Produção intelectual percentual 2001-2015 por tipo de produto



Fonte: Capes, 2016

No que tange ao item livros, destaca-se a produção em coletâneas e em capítulos de livros. A produção das coletâneas e dos capítulos envolveram autores de 2 ou mais Programas de Pós (42%). Esse

intercâmbio possibilita uma reflexão que vem contribuindo para a consolidação da Pós-Graduação na área. A relação entre capítulo e obra integral foi de 4,6:1, indicando redução em relação a avaliação trienal 2013 (relação de 6,3:1).

Quanto à produção em artigos, em uma análise comparativa, observa-se que os dados de 2013-2015 indicam um crescimento em periódicos avaliados em estratos superiores (A1+A2+B1).

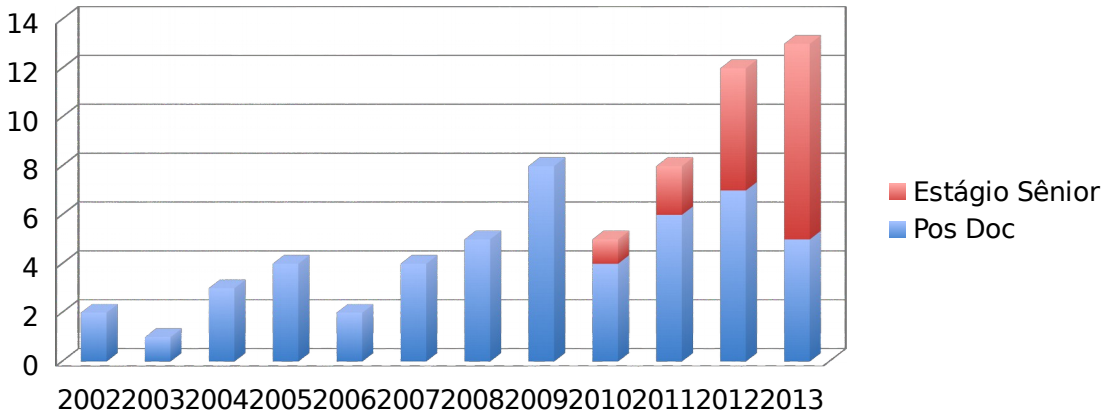
A área se consolida também pela qualificação crescente do corpo docente com expansão do número de pós-doutores (17,2%) (Brasil e exterior). Em 2015 os programas contavam com 418 docentes permanentes (78,1%), 109 colaboradores e 8 visitantes. Seis (6) Programas registraram 7 professores visitantes em 2014 (destes, 3 eram estrangeiros), ampliando para 8 docentes visitantes em 2015, mas mantendo os mesmos 3 estrangeiros registrados no ano anterior).

Os docentes com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Pq) do CNPq são em número de 77 (76 de docentes dos PPGs do Serviço Social e 01 da Economia Doméstica), correspondendo a 18,4% do total de docentes. O total de bolsas de Pq da área 32 representa 7% do total das bolsas existentes na Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas e 0,5% do total das distribuídas entre todas as Grandes áreas. Assim, o percentual de docentes com bolsas de Pq no CNPq é expressivo, mas aquém das demandas da área.

É importante ressaltar que a área vem formando recursos humanos e mantendo intercâmbios de cooperação cientifica com vários países da América Latina, África, Europa e Ásia, notadamente Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia; Moçambique, Angola e Cabo Verde; França, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra, Turquia, e, por fim, China.

Registra-se o crescimento da demanda dos docentes por Bolsas de Pós-Doutorado e Estágio Sênior no exterior.

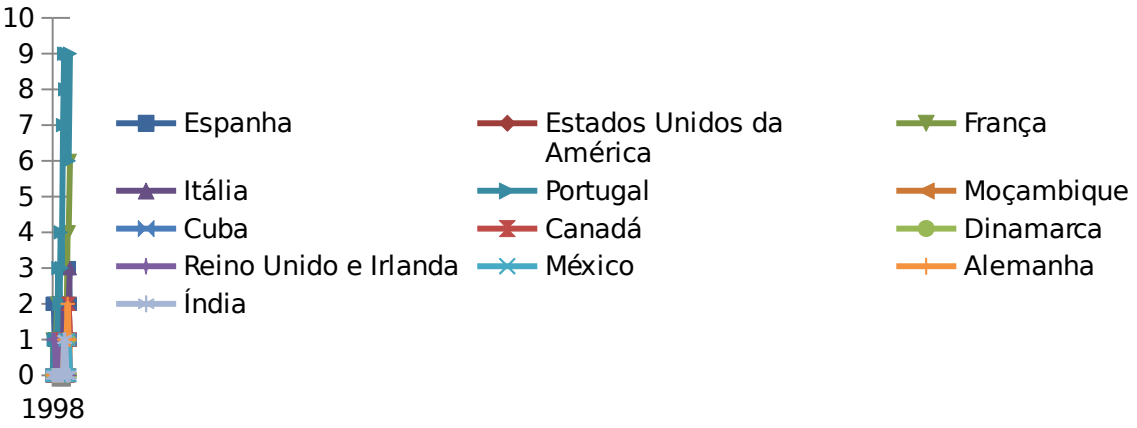
Gráfico 6. Evolução do número de bolsas de Pós-Doutorado e Estágio Sênior para área 32 (considerando as bolsas concedidas pela Capes)



Fonte: Capes, 2016

A demanda por bolsa de doutorado sanduiche apresenta um crescimento recente (a partir de 2005), e os países de destinos são, principalmente, países da Península Ibérica (Portugal e Espanha) e França.

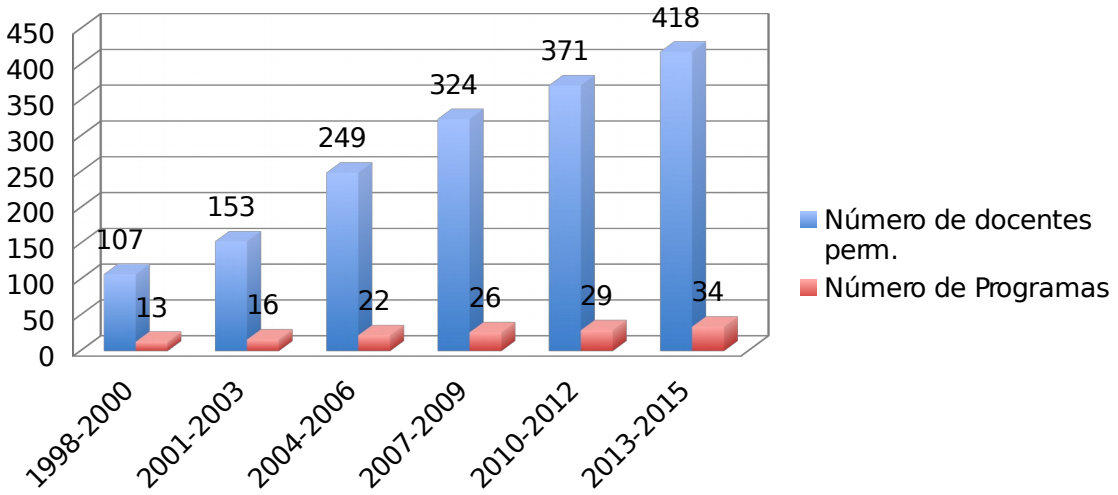
Gráfico 7. Países de destino dos Bolsistas de Doutorado sanduiche no exterior da área 32



Fonte: Capes, 2016

Nos últimos 17 anos a expansão dos Programas de Pós-Graduação da área 32 foi de 161,5%. Esse crescimento foi acompanhado do aumento do corpo docente e da oferta de vagas. O crescimento do corpo docente foi, respectivamente: 43% (2004), 62,7% (2007), 30,1% (2010), 14,5% (2013) e 12,7% (2016) (gráfico 8).

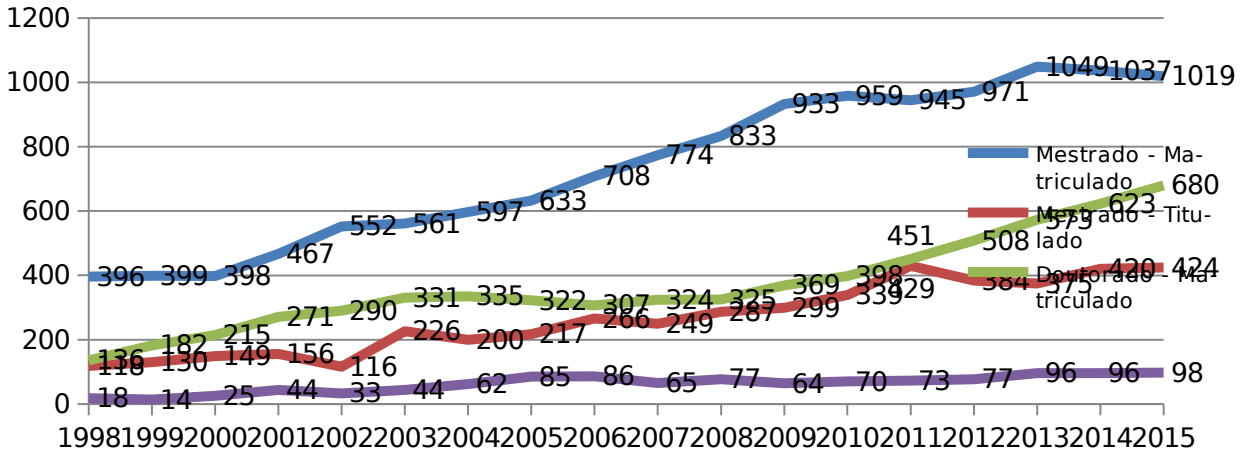
Gráfico 8. Crescimento do quadro docente permanente nos PPG da área 32 entre 1998 e 2015



Fonte: Capes, 2016

Com a expansão dos PPGs, registramos o crescimento da oferta de vagas. Sobre a demanda de alunos para os Programas de Pós-Graduação, em 2013 foram 1613 discentes matriculados, passando a 1689 ao final de 2015 (o crescimento no número de matriculados entre a trienal 2013 e 2015 foi de 120%). Destaca-se o crescimento dos discentes em cursos de Doutorado, entretanto, a titulação entre 2013 e 2015 nesse nível manteve-se constante (96, 96 e 98) (Gráfico 9). Esse crescimento tenderá a aparecer nos dados de 2016 e no próximo quadriênio.

Gráfico 9. Evolução dos discentes matriculados e titulados entre 1998 e 2015.



Fonte: Capes, 2016

A relação discente/docente nos PPGs da área variou entre 1 e 11,3 (com mediana de 3). À exceção de 3 Programas (cuja relação é superior aos critérios da área), os demais Programas tem estabelecido uma relação que favorece o processo de orientação.

1.b. Estado da Arte

O crescimento percentual dos Programas da área de Serviço Social entre 1996 e 2014 foi de 233% (CGEE, 2016). A área básica dos 34 programas de pós-graduação é a seguinte: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). Seguindo uma tendência interdisciplinar, os docentes são titulados tanto na área de Serviço Social quanto em áreas afins (49,4% dos docentes são doutores em Serviço Social, seguida de Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia).

O corpo docente dos programas reúne docentes experientes e jovens doutores. A titulação de doutores ocorreu principalmente entre 2000-2009 (65%) e 1990-1999 (19%), período de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (1% entre 1974-1979, 4% entre 1980-1989 e 11% entre 2011-2014). O crescimento dos PPGs da área de Serviço Social foi incorporando os novos doutores recém-titulados. Destaca-se o crescimento de docentes colaboradores (em 2004, os docentes permanentes correspondiam a 94% dos docentes e em 20015 correspondem a 78,5%). Com o predomínio de PPGs nas instituições

federais de ensino, esse decréscimo pode expressar os processos de aposentadoria registrados nessas IES. Entretanto, nem todos os docentes que se aposentam são descredenciados dos Programas. Em 2015, 1,2% dos docentes permanentes eram aposentados.

A área de Serviço Social apresentou importantes indicadores de sua consolidação e expansão: crescimento da oferta de cursos de Doutorados – hoje 53% dos Programas de Pós-Graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país.

A demanda por bolsas de Pós-Doutorado no exterior apresentou um crescimento de 2050% (entre 2004 e 2013), um pouco superior ao percentual registrado pelo SNPG (1959%).

1.c. INTERDISCIPLINARIDADE

Partindo da compreensão que interdisciplinaridade se [...] caracteriza pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto" [JAPIASSÚ, 1976, sp], podemos entender que essa se expressa de diferentes formas. No interior dos Programas de Pós-Graduação, estes contam em sua conformação com a colaboração de outras disciplinas[2] (entre elas, Ciências Sociais, Economia, Psicologia, Direito, entre outras) numa interação que possibilita uma análise ampliada da dinâmica do capitalismo e das diferentes demandas postas à profissão. Por meio dessa interação disciplinar, os Programas de Pós-Graduação da área ofertam uma formação aos egressos em uma perspectiva de análise ampla da realidade social.

No interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a área de Serviço Social se coloca em interlocução com todas as áreas no sentido de contribuir na construção de uma Pós-Graduação tanto adequada às necessidades da população brasileira quanto a uma formação qualificada nesse nível.

1.d. INSERÇÃO/INCIDÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

2 Entre os docentes dos PPGs da área, 49,4% são doutores em Serviço Social. Os demais tem doutorado em áreas pertencentes aos 3 Colégios existentes na Capes.

A contribuição do Serviço Social no ensino fundamental e médio ocorre de forma direta e indireta. De forma direta, como espaço de formação em nível de pós-graduação a professores da rede pública e privada de ensino, qualificando-os para o exercício da docência (principalmente docentes vinculados às disciplinas de história e geografia – ensino fundamental; ou disciplinas da área de ciências humanas). Contribuímos ainda na formação de docentes e técnicos administrativos inseridos nos Institutos Federais de Ensinos (IFEs), em especial, dos assistentes sociais. Hoje os Ifes possuem em seus quadros 294 assistentes sociais, observando-se uma expansão nos últimos anos. Esses profissionais vêm buscando a qualificação em nossos Programas de Mestrado e Doutorado, refletindo sobre aspectos da relação entre a Política de Educação e os programas de Assistência Estudantil. Esse processo reverbera sobre as ações e proposições desses técnicos em suas intervenções.

De forma direta, o reconhecimento da importância do assistente social nos estabelecimentos de ensino médio é expresso por meio da ampliação da demanda de profissionais buscando os cursos de Pós-graduação para avaliar as experiências e construir saberes sobre esta área de intervenção. Identifica-se, assim, uma contribuição que favorece a inclusão dos alunos do curso fundamental na medida em que profissionais passam a contar com subsídios analíticos produzidos nos Programas da área, qualificando sua ação cotidiana.

De forma indireta, a recorrente temática da Política de Educação ou das interfaces entre Educação e outras políticas públicas e os desafios aí colocados, é objeto de teses e dissertações na área. Ou seja, um conhecimento sobre as “requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil” (Grupo de Trabalho em Educação/Conselho Federal de Serviço Social, sd).

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

2.a. Descrição e orientações sobre a avaliação

A área realizou aos seguintes procedimentos:
- atualização do Qualis periódicos;
- avaliação de livros;
- avaliação de eventos científicos.

Após cada etapa, enviamos relatórios elaborados pelas comissões com recomendações aos PPGs, visando à melhoria da qualidade da informação prestada, indicando ações necessárias ao planejamento futuro. Assim, a avaliação quadrienal constituiu-se em um processo de diálogo entre a coordenação da área e os PPGs.

2.b. Considerações e propostas advindas do Seminário de acompanhamento

A área realizou um Seminário de Acompanhamento em 2015. Neste, estiveram presentes 29 coordenadores de Programas de Pós-Graduação na sede da Capes, 2 acompanharam por web conferência e 3 não compareceram por falta de recursos financeiros.

O objetivo do Seminário foi apresentar os principais avanços da área nos dois primeiros anos (2013-2014) e os desafios a serem enfrentados nos dois anos finais do ciclo avaliativo (2015-2016). Foi possível ainda a área discutir a ficha de avaliação incorporando as sugestões dos coordenadores. A metodologia utilizada foi leitura e debate dos destaques solicitados pelos coordenadores a cada um dos quesitos da Ficha.

Discutimos ainda, aspectos da avaliação de livros que foi posteriormente retomada em outra reunião com o Fórum de coordenadores da área.

A avaliação final realizada pelos coordenadores apontou a importância do Seminário, apesar de toda repercussão negativa, na comunidade acadêmica, dos cortes nos recursos de custeio. A manifestação e crítica dos coordenadores contra o corte foi objeto de uma carta endereçada ao presidente da CAPES.

Além do Seminário de Acompanhamento, foi realizada uma reunião com o Fórum de coordenadores (ocorrida no Rio de Janeiro também em 2015), momento em que discutimos o processo de avaliação da produção intelectual dos Programas (*Qualis* periódico e avaliação de livros).

Nessas duas reuniões, alguns desafios postos a área 32 foram identificados:

- ✓ **com relação à pesquisa** – ampliar a visibilidade dos grupos e redes de pesquisa existente, o que permitiria uma maior difusão do conhecimento construído nas universidades, em âmbito nacional e internacional. Neste sentido, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) organizou Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), espaços de elaboração, produção e circulação do conhecimento, que reúnem pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promovem, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas.

- ✓ A ampliação do conhecimento das demandas da realidade, das exigências a serem respondidas em nível de graduação e pós-graduação, de acordo com o projeto ético-político da área, criando as bases necessárias à formulação de uma política de pesquisa para a área. Este é outro desafio que vem recebendo especial atenção, num constante diálogo com as organizações da categoria profissional e com as outras áreas afins do conhecimento.

- ✓ Crescimento qualificado dos Programas da área, em especial, dos cursos de doutorado e redução dos cursos nota 3;

- ✓ Enfrentamento coletivo das assimetrias regionais observadas. Essas assimetrias encontradas na área expressam as assimetrias presentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação, principalmente em relação à região Norte do país.

Para isso, os Programas de Pós-Graduação da área demandam da Capes:

- ✓ Aumento das cotas de bolsas de Mestrado e Doutorado, observando, pelo menos, a relação percentual que a área representa dentro do SNPG;

- ✓ Clareza quanto aos procedimentos para cálculo dos valores de custeio dos Programas;

- ✓ Ampliação dos recursos para a Pós-Graduação e, em específico, maior aporte de recursos para a área.

Além do Seminário de Acompanhamento e da reunião com o Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação, a área realizou visita a 15 Programas de Pós-Graduação entre 2014 e 2016 (44,1%), a saber: UFAM, UFPA, UFMT, PUC-GO, PUCRS, UFRGS, UECE, UERN, UFPB, UFSC, PUC-Rio, UEPB, UFPE, UFRJ, UFF. Além destas, há ainda uma demanda de visita a FUFSE.

Nessas visitas de acompanhamento os objetivos foram os seguintes:

a) orientações e definição de plano de superação da nota 3.

A área conta com 2 Programas na condição de 3x3. Destes, 1 encerrou suas atividades em 2016 por decisão da IES (UNICSUL). Assim, em funcionamento, temos 1 programa que é o mais antigo da região nordeste. Realizamos uma visita de acompanhamento em 2015 e temos uma segunda visita prevista para o final de 2016. O plano de superação foi traçado entre o PPG e a Pró-reitoria que previu: acompanhamento por docente de Programa nota 5 da área para revisão das linhas de pesquisa, ações para incremento da produção docente, envolvimento dos discentes nas ações do PPG. Além disso, estabelecimento de sistema de acompanhamento da Pró-reitoria visando a melhoria na qualidade da informação na plataforma Sucupira.

Além destes, foram visitados 6 Programas com uma ou duas notas 3, para debater com os docentes e os discentes os principais aspectos que resultaram nessa nota e apoio ao planejamento de ações para consolidação destes PPGs. Entendemos que o processo de acompanhamento dos Programas é essencial para dialogar e apoiar o processo de fortalecimento de um conjunto de programas criados a partir de 2005-2006.

b) Programas nota 4

Três Programas nota 4 foram visitados com objetivo de debater quais ações cada PPG precisaria implementar para alcance da nota 5.

c) Programas nota 5 e 6

A visita a um Programa nota 5 (PUC-Rio) e dois nota 6 (PUC-RS e UFRJ) foi efetivada para debater, a partir dos dados de 2013-2014, o planejamento futuro do Programa.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), suas linhas de pesquisa e projetos em andamento. O currículo deverá ser adequado e coerente com as metas do Programa. A cada quadriênio o Programa deverá informar as modificações e diferenciais ocorridos no período. 1.1.1. Na avaliação da proposta do programa serão consideradas: a) A articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento concluídos e em andamento. b) Adequação e abrangência das áreas de concentração que devem expressar os objetivos do Programa. c) Clareza e especificidade na formulação e na quantidade das áreas de concentração e das linhas de pesquisa. d) A vinculação entre linhas e projetos. e) A quantidade de linhas e projetos

		em relação à dimensão do corpo docente permanente. Também serão considerados: - A interdisciplinariedade (presença de docentes e discentes de outras áreas) no Programa, assim como de docentes com diferentes formações de pós-graduação - Na avaliação da coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular serão consideradas: a) A articulação das disciplinas que compõem a estrutura curricular em relação às áreas de concentração. b) Coerência entre ementas, programas e bibliografia das disciplinas em relação à proposta do Programa. c) A flexibilidade da estrutura curricular na composição dos planos de estudos dos alunos. d) A consonância da formação do corpo docente permanente em relação ao conteúdo da estrutura curricular. e) Articulação interna das atividades acadêmicas do programa (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos e/ou grupos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas) f) Interação com outros Programas das IES (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos e/ou grupos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas).
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	O Programa deverá informar as metas atingidas e as previstas para o próximo quadriênio em termos de formação de recursos humanos, inserção social e produção de conhecimento, tendo em vista os desafios nacionais e internacionais da área. Deve apresentar as iniciativas como procedimentos internos de auto-avaliação, mecanismos e instrumentos para o acompanhamento de egressos; existência de plano para

		capacitação docente. Além disso, serão avaliados: - Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa no programa**:** Os docentes permanentes devem participar de grupos ou núcleos de pesquisa. - Internacionalização do programa: Consideraremos ainda: convênios, bolsas-sanduíche, intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, intercâmbio de docentes e discentes, eventos conjuntos, e outras atividades similares, como recepção de bolsistas em estágio pós-doutoral do exterior, tutela para dupla titulação, professor visitante do exterior, entre outros. Os Programas devem possuir política e sistemática de monitoramento de egressos, num período de três anos após a titulação, de forma a se obter dados para avaliar se os objetivos do Programa foram alcançados a partir da inserção dos egressos.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10%	A infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a administração, tais como as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca deverão ser adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa. Na avaliação da infraestrutura do Programa para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão serão consideradas: a) As condições de espaço físico para funcionamento da coordenação e secretaria do Programa e para o atendimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e orientação. b) A existência e a suficiência de equipamentos de informática e de multimídia para atender às necessidades do Programa.

		c) Acervo bibliográfico e documental, além d e serviços disponíveis para apoio ao desenvolvimento do Programa. d) Captação de recursos para ações de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos).
2 – Corpo Docente	**20%**	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	35%	Todos os docentes (permanentes, colaboradores e visitantes) devem ser doutores. A qualificação do corpo docente permanente deve ser adequada às áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular do Programa. Espera-se que parte do corpo docente permanente participe de processo de capacitação permanente (intercâmbios, estágios, missões de trabalho, pós-doutorado e licença capacitação).
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	25%	A proporção de docentes do quadro permanente deve ser comparada em relação ao corpo discente. O tamanho e a estabilidade do corpo docente permanente será avaliado, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e de orientação em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes; O corpo docente deve ser constituído por, no mínimo, 60% com formação de graduação ou de pós-graduação em Serviço Social, sendo que os programas explicitamente de caráter interdisciplinar e interdepartamental (Políticas Sociais e Políticas Públicas) devem alcançar um percentual de 30% (esse critério não se aplica aos Programas de Economia Doméstica). A participação de docentes visitantes e docentes colaboradores é desejável, evidenciando o grau de inserção do Programa em relação à graduação, à Pós-Graduação e à comunidade

		acadêmica. Entretanto, esta inserção não deve exceder a 30%. Pelo menos 70% dos docentes do Programa deve integrar o corpo de docentes permanentes. As oscilações na sua composição são aceitáveis até 30% no quadriênio, de forma a manter a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e orientação, em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes. O Programa deve possuir critérios tanto para a inserção como para permanência dos docentes permanentes quanto colaboradores. Os docentes permanentes do Programa devem pertencer ao quadro de docentes da Universidade onde se situa o Programa, devendo dedicar, pelo menos, 20 horas semanais ao Programa. Os professores só podem participar, no máximo, de três programas de pós-graduação como docentes permanentes. Na avaliação deste item será considerado o atendimento de todos os critérios acima para atribuição do conceito máximo.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	A atuação dos docentes permanentes em disciplinas e na orientação na pós-graduação e no envolvimento com projetos de pesquisa deverá ser equilibrada. A distribuição da carga letiva e da carga horária em ensino e orientação do Programa deve ser de pelo menos 80% entre os docentes permanentes. Somente 20% da carga horária ministrada pode ser assumida por colaboradores e visitantes. Os docentes do quadro permanente devem desenvolver sistematicamente atividades de ensino, pesquisa e orientação.

		Todos os docentes do quadro permanente devem participar de projetos de pesquisa. A participação de docentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa será avaliada. A participação de professores do Programa com Bolsa de Produtividade do CNPq ou de outras instituições de fomento será avaliada. A participação de docentes em programas e projetos especiais (PROCAD,PQI, MINTER, DINTER, Casadinho, CAFP-BA e outros) será avaliada. Na avaliação deste item será considerado o atendimento de todos os critérios acima para atribuição do conceito máximo.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	Os docentes do Programa devem participar de atividades de ensino e de orientação na Graduação. Será observada a articulação do Programa com cursos de graduação e os impactos decorrentes dessa articulação.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	**30%**	
3.1. Quantidade de **teses e dissertações defendidas** no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	Será avaliado o percentual de titulados em relação à dimensão do corpo discente (excluídas as desistências e abandonos).
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	As teses e dissertações defendidas devem ser bem distribuídas pelos docentes do programa.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de	30 %	Os programas devem estimular a participação de discentes em estágios

discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.		de intercâmbio científico, congressos e especialmente os Doutorados Sanduíche. A diversidade de origem do corpo discente é um indicador saudável para o programa, pois reflete sua visibilidade regional e nacional. A qualificação das comissões examinadoras deve ser uma preocupação permanente, procurando sempre a participação externa, se possível de outras regiões do país e do exterior, mesmo que na forma de videoconferência. A banca examinadora deve conter, no mínimo, um membro externo ao Programa no caso de Mestrado, e dois membros externos ao Programa no caso de Doutorado. Será avaliada a proporção de discentes-autores (incluindo egressos titulados há no máximo cinco anos) em relação ao total de discentes do programa. Na produção intelectual, não serão considerados resumos e resumos expandidos publicados em anais de congresso. No caso dos egressos, a produção a ser contabilizada deve estar estreitamente associada ao trabalho desenvolvido junto ao Programa e será valorizado o trabalho em co-autoria discente-docente, Também será avaliada a participação de no mínimo 30% de discentes-autores nas publicações qualificadas do Programa. A participação de alunos da graduação nas publicações deve ser estimulada. Também será considerada a porcentagem de discentes que contaram com bolsa de doutorado-sanduíche no quadriênio. As teses e dissertações devem gerar publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais), até 04 anos após a defesa. Será considerado o percentual de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente (e

		participação de discentes autores da graduação). As Teses e Dissertações devem estar vinculadas às áreas de concentração, linhas e projetos.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20%	Será avaliado o tempo médio de formação de Mestres e Doutores, observando-se a mediana do tempo de titulação para Mestrado e Doutorado na Área.
4 – Produção Intelectual	**40%**	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	A área considera toda a produção intelectual dos Docentes de acordo com os critérios de Qualis periódicos, avaliação de livros e de eventos estabelecidos pela área. A produção científica qualificada do corpo docente permanente de um Programa será avaliada, de acordo com a classificação abaixo: *(i)* Livro: obra completa, coletânea temática, dicionário, capítulo de livro, tradução de livro ou capítulo, prefácio, introdução, organização de livro. *(ii)* Artigos em periódicos nacionais e internacionais; *(iii)* Trabalho completo publicado em anais de eventos científicos nacionais e internacionais. Com referência à quantidade de produção, a área somará todos os produtos qualificados e calculará a média e mediana *per capita* de todos os docentes e também considerará a produção *per capita* dos docentes permanentes.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Para avaliação será considerada a pontuação *per capita* do docente permanente no quadriênio em relação à mediana da área. Será avaliada a distribuição das publicações entre o corpo docente permanente.

		Será considerada na produção bibliográfica também a co-autoria de docentes e discentes.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	30%	Nesse item serão considerados, entre outros: a) Relatórios de pesquisa feitos para instituições públicas e agências de fomento à pesquisa; b) Pareceres técnicos elaborados para agências de fomento; c) Organização de bancos de dados de acesso público; d) Participação de docentes em comissões e conselhos técnicos para elaboração de política científica e governamental.
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0%	Não se aplica
5 – Inserção Social	**10 %**	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	50%	Será analisada a atuação do programa no contexto regional, nacional e internacional, considerando-se o impacto educacional, social, cultural e tecnológico, envolvimento em ações de integração social e de solidariedade. Será considerado o impacto educacional da contribuição do Programa com a formação qualificada por meio de: a) Publicação de livros, artigos e materiais didáticos para os cursos de graduação, pós-graduação *Lato Sensu* e Extensão (considerar o alcance da Editora e número de edições); b) Promoção de eventos científicos; c) Participação de alunos da graduação em núcleos ou grupos de pesquisa. d) Ingresso de bolsistas de IC na Pós-Graduação. e) Participação em entidades científicas. f) Participação em Comissões assessoras

		da área. g) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar a implementação das diretrizes curriculares e de novos cursos de pós-graduação em Serviço Social em nível nacional e internacional. h) Contribuição para a formação de recursos humanos e capacitação de pessoal para atuação na educação básica, por meio de colaboração com Programas de Pós-Graduação para professores da educação básica; publicação de livros, artigos científicos, vídeos cartilhas, entre outros, para utilização de professores e alunos da educação básica. Também avaliaremos o impacto social, por meio de: a) Formação de recursos humanos para aprimoramento da gestão pública; para a capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conselhos, fóruns, etc.); b) Assessoria e consultoria para formulação, gestão, implementação, análise e avaliação de Políticas Públicas e na área do ensino e formação profissional em nível nacional e internacional; c) Desenvolvimento de: avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil; sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil; estudos e pesquisas para fundamentar ações implementadas por instituições públicas e da sociedade civil. d) Assessoria e consultoria aos movimentos sociais. Como Impacto cultural consideraremos a formação de recursos humanos para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo. Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar políticas e

		ações que valorizem as expressões culturais e artísticas de diferentes grupos sociais. O Impacto tecnológico/econômico na área será avaliado considerando a disseminação de metodologias e tecnologias para o desenvolvimento microrregional, regional e ou nacional.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	30%	Avaliaremos o desenvolvimento de intercâmbios com: a) outros programas de pós-graduação (PROCAD, PQI, DINTER, MINTER, Casadinho e outros), em nível nacional e internacional; b) com instituições governamentais e não governamentais em níveis local, nacional e internacional.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	Existência e manutenção de página WEB para a divulgação, de forma atualizada, de informações sobre o Programa, seu quadro docente e discente; os critérios de seleção ao Programa, parte significativa de sua produção docente, dissertações e teses, grupos e núcleos de pesquisa, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas, entidades privadas etc. Será considerado o uso de outras ferramentas na rede social. Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

4.a. Descrição do grau de internacionalização da área

A internacionalização das atividades dos PPGs é um aspecto importante que se reflete na qualidade da produção e na formação dos discentes. Compreendendo que a internacionalização é um processo

que deve ser ampliado e aprofundado, considerando sua centralidade na disseminação e troca de conhecimento, a área valoriza estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional reafirmando o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

A área tem apresentado expressiva inserção no cenário internacional, por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, da participação em diretorias de associações internacionais da área, conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, acordos e convênios internacionais, presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, entre outros.

Destacam-se publicações voltadas para análise da questão social no Brasil e para a avaliação e implementação de políticas sociais, evidenciando uma produção de alto nível sobre questões que afetam a realidade social brasileira e latino-americana. Diferentemente de outras realidades, principalmente da Europa e Estados Unidos, a área do Serviço Social, no Brasil, possui uma tradição acadêmica, com densa produção bibliográfica em uma matriz teórica crítico-dialética com inserção no campo das ciências humanas e sociais

Essas publicações tem relação com as cooperações internacionais realizadas pela área e seu compromisso com o fortalecimento do Serviço Social na América Latina e na África. A internacionalização para a área significa o exercício da ação colaborativa com os continentes e o espraiamento de uma dada concepção da profissão. Assim, no mundo duas tradições da profissão se colocam em disputa: uma defendida pelas Escolas americanas (com influências em diferentes regiões do mundo) e outra defendida pelo Brasil (e que tem influenciado Portugal, Espanha, África e América Latina). Escolas de Serviço Social brasileiro colaboram com a estruturação (ou reestruturação) de escolas de Serviço Social nestes países. A bibliografia produzida no Brasil é utilizada como parte do aporte teórico-metodológico utilizado nessas unidades no exterior (vários livros foram e estão sendo traduzidos para a língua espanhola e são utilizados em cursos de Graduação e Pós-graduação em Portugal, Espanha, Angola, Moçambique, Argentina, Colômbia, etc).

Entretanto, essa disputa também passa pela veiculação da produção de conhecimento em diferentes veículos. Nos últimos 3 anos (2013-2015), por exemplo, essa produção utilizou 6% de veículos presentes em Journal Citation of Research e/ou Web of Science. Além disso, 10% dos veículos eram estrangeiros e presentes em outras bases de dados. Assim, 16% dos veículos utilizados são estrangeiros e possibilitam um diálogo e divulgação da produção de conhecimento científico do Serviço Social brasileiro com o mundo.

O processo de internacionalização das Pós-graduações se dá desde o seu nascedouro nos anos 1972, quando alguns dos primeiros mestres e doutores da área de Serviço Social buscaram programas no exterior para suas titulações. Em uma análise mais recente (1998-2014), vemos que a área apresenta uma tendência de crescimento de demanda de bolsas de pós-doutoramento e doutorado sanduiche no exterior.

A internacionalização tem se dado em duas direções: 1) em função dos objetos comuns de estudo e pesquisas, especialmente com os países da Europa (principalmente com os da região Sul e, em menor proporção, com os do norte europeu), América do Norte (Estados Unidos e Canadá), prevalecendo processos de cooperação e intercâmbio a partir de pesquisas em redes e da participação de pesquisadores em equipes internacionais; 2) em relação a América Latina e a África, a internacionalização assume outras tendencias, marcadas pela participação ativa dos programas nos processos de criação, consolidação e qualificação de quadros intelectuais vinculados à graduação e pós-graduação, com significativa mobilidade docente e discente e produções conjuntas.

A área tem estimulado e mantido um fluxo contínuo de capacitação docente no exterior, o que tem propiciado desdobramentos positivos, especialmente com a contratação de professores visitantes internacionais nos Programas da Área e realização de pesquisas conjuntas. Tem-se realizado e vem se ampliando as titulações em co-tutela com Programas de diferentes países, *consolidando* Convênios Bilaterais para Dupla Titulação/Diplomação.

Inúmeros projetos de pesquisas com financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos Programas de Pós-Graduação da Área. Além da articulação e do envolvimento de mais de um programa da área em redes internacionais de pesquisa.

Assim, o entendimento de internacionalização assume uma perspectiva de colaboração entre os países, e em muitos momentos, de liderança do Serviço Social brasileiro.

Em função desta trajetória, o processo de internacionalização na área vem assumindo duas tendências:

a) Contribuição para o processo de formação de quadros docentes e pesquisadores na área em nível de pós-graduação nos países da América Latina, Caribe e da África, incentivando a formação de mestres, doutores, cooperações, pós-doutoramento, DINTER internacional e estágio sênior.

b) Participação em redes de pesquisa e programas de cooperação e

intercâmbio com outros países, além dos africanos e latinoamericanos, por meio de publicações internacionais e de parceiras com Núcleos de Pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores. Este intercâmbio favorece a formação qualificada para atuar no campo das políticas sociais, na seguridade social e nas mais diversas expressões da questão social contemporânea. Inclusive observa-se a participação de professores brasileiros como professor convidado em universidades estrangeiras.

4.b. Critérios da área para atribuição de notas 6 e 7.

As notas 6 e 7 serão reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos MB em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições:

- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação

1. **Liderança Intelectual**

1.1 – Docentes com bolsa produtividade em pesquisa do CNPq e Fundações estaduais de pesquisa;

1.2 - Publicações do corpo docente permanente expressa nos estratos superiores (A1 e A2) e L4.

1.3 – Pesquisas concluídas e publicadas, com circulação nacional e internacional.

1.4 – Iniciativas de cooperação e intercâmbio nacional e internacional dos grupos de pesquisa;

1.5 – Participação de docentes do corpo permanente – como convidados – em eventos nacionais e internacionais da área;

1.6- Participação de docentes do corpo permanente – como convidados – em eventos das áreas afins nacionais e internacionais

1.7. - Atração de doutorados-sanduíche de discentes de IES nacionais;

1.8. - Atração de pós-doutorados ou estágio sênior pós-doutoral de docentes de IES nacionais ou estrangeiras.

2**. Internacionalização**

- Percentual de docentes do corpo permanente e colaboradores com participação em Programas de IES estrangeiras, na condição de

visitante ou de pesquisadores convidados;

- Percentual de docentes em estágio pós-doutoral e/ou estágio-sênior no exterior;

- Professores Visitantes estrangeiros recebidos pelo Programa no quadriênio;

- Alunos em IES estrangeiras, para realização de doutorado-sanduíche;

- Alunos estrangeiros (bolsistas do PEC-PG) no quadrienio;

- Alunos estrangeiros através de convênios e fundações estrangeiras;

- Alunos estrangeiros por demanda espontânea;

- Participação de docentes – como convidados –em eventos científicos internacionais, realizados no exterior;

- Participação de docentes – como convidados –em eventos científicos internacionais, realizados no Brasil;

- Participação de docentes em eventos científicos internacionais com comunicações científicas;

- Participação de docentes em eventos promovidos por redes de pesquisa temática no exterior;
- Formação de mestres e doutores com dupla titulação ou co-diplomação;

- Financiamento internacional para atividades de pós-graduação;

- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;

- Pareceristas quando de acreditação e revalidação de cursos da Área no exterior;

- Pareceristas *Ad Hoc* em revistas internacionais;

- Pareceristas de comunicações científicas em eventos internacionais da àrea ou de área afins;

- Histórico de participação em diretorias de associações científicas nacionais e internacionais

- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programas de pós-graduação nacional e de grupos de pesquisa em programas e ou institutos de pesquisa e pós-graduação estrangeiros;

- *site* do Programa em inglês.

3. Solidariedade

- Iniciativas de cooperação com programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado), por meio da participação de docentes do corpo permanente em atividades dos Programa (Minicursos, bancas, eventos,

pareceres, congresssos de pesquisa);

- Iniciativas de cooperação com grupos que ainda não têm curso de pós-graduação *stricto sensu*: Minter, Dinter, Casadinho, PROCAD;

- Formação de quadros acadêmicos em associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em regiões do país ou países com menor grau de desenvolvimento da pós-graduação;

- Assessoria para a formulação de propostas de novos cursos;

- Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;

- Parceria de docentes em pesquisa e orientação em pós-graduações da área, não consolidados;

- Realização de eventos acadêmicos conjuntos;

- Realização de publicações conjuntas;

4. **Nucleação**:

Os programas devem demonstrar a participação de egressos em:

- Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, do país e do exterior;

- Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;

- Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;

- Engajamento em atividades/cargos de formulação, planejamento e avaliação de politicas públicas em instituições federais, estaduais ou municipais.

5. **Liderança:**

- Atração de alunos da Área de diferentes Regiões do país e de outros países;

- Atração de alunos de outras áreas da Região e de diferentes Regiões do país e de outros países;

- Presença de docentes, como convidados nas IES de origem dos seus egressos vinculados à docência, nacionalmente;

- Presença de docentes, como convidados nas IES de origem dos seus egressos vinculados à docência, internacionalmente;

- Docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT),

Fundações Estaduais de Pesquisa, CAPES, etc. ou de agências de fomento internacionais;

- Premiações nacionais e internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;

- Docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais;

- Participação em atividades institucionais, relevantes para a formulação de políticas públicas;

- Participação em atividades de organização e assessoria a movimentos sociais;

- Participação em instituições na condição de avaliadores e formuladores de projetos e políticas públicas

Nota 6: *Predomínio do conceito "Muito Bom" em todos os quesitos da ficha, mesmo que eventualmente apresente o conceito "Bom" em algum item; que apresente nível de desempenho diferenciado em relação ao conjunto dos Programas quanto à formação de recursos humanos em nível de Doutorado e produção intelectual, e desempenho equivalente aos centros internacionais de excelência da área (internacionalização e liderança).*

***Nota 7**: Conceito "Muito Bom" em todos os quesitos da ficha; que apresente nível de desempenho altamente diferenciado em relação ao conjunto dos Programas quanto à formação de recursos humanos em nível de Doutorado e produção intelectual, e desempenho equivalente aos centros internacionais de excelência da área (internacionalização e liderança).*

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO